

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E OS INTERESSES DA CAFEICULTURA (1889-1912).

LÍVIA DE CARVALHO BORGES*

Introdução.

No crescente campo de estudos ligados às relações internacionais, a temática das conexões existentes entre regimes políticos e política externa, bem como a da mudança de regimes, partidos, governos e ideologias, têm, aos poucos, despertado a atenção de diversos estudiosos da área, não obstante ainda ocupe reduzido espaço nesse terreno. (CERVO, 2008: 34).

Trazidos à baila pela tentativa de se entender e explicar as disputas hegemônicas entre diferentes regimes (ditaduras, democracias, bem como autoritarismo), na Segunda Guerra Mundial, e entre o capitalismo e comunismo no contexto da Guerra Fria, tais temáticas tem se refletido no interesse em se verificar a existência de nexos causais entre mudança de regime e política exterior.

Considerando-se a problemática da substituição de uma tendência política por outra e os reflexos de tal ocorrência na condução da política exterior do Estado em questão, abre-se ao estudioso um campo de estudo em que diferentes variáveis devem ser consideradas com vistas à ampliação do seu escopo analítico.

Quando o regime é substituído por outro, verifica-se maior substituição de dirigentes do que quando mudam os governos dentro do mesmo regime. Há, porém, variáveis independentes desses fatos que pesam sobre o modelo de inserção internacional. Identidade nacional, identidade cultural, capacidade de estabelecer consensos internos, grau de racionalidade na gerência das políticas de Estado, existência ou não de projeto nacional, jogo interno conflitivo ou cooperativo dos grupos e das forças sociais, autonomia decisória ou subserviência do homem de Estado, conformismo diante de condicionamentos externos ou vontade nacional são algumas variáveis a serem manipuladas nesse sentido. (CERVO, 2008: 37).

* Doutoranda em História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP – Franca). Bolsista CAPES.

Nesse sentido, o arcabouço conceitual oferecido pela escola francesa de relações internacionais, ancorado na multicausalidade das relações entre os Estados, mediante a consideração de diferentes variáveis da esfera internacional, tais quais, a força, os fins, os componentes e o movimento da política, constitui uma importante ferramenta para o estudioso da área (CERVO, 2008: 37).

Levando-se em conta a pertinência da temática da transição política e de suas repercussões no terreno das relações internacionais, é que se pretende analisar um importante período da história nacional, especialmente entre os anos 1889-1912, em que mudanças significativas tiveram ensejo tanto no plano doméstico, com a transição da Monarquia para a República, quanto no plano externo, com o deslocamento do eixo das nossas relações da Europa para a América.

Considerando-se, de conformidade com os apontamentos feitos por destacados estudiosos do período (BUENO, 2003: 107; CERVO, 2008: 42), que a transição republicana teria condicionado a política externa brasileira tanto à emergência de novos grupos políticos ao poder quanto à dinâmica vigente no cenário internacional, é que se pretende, ainda, verificar em que medida as alterações observadas no terreno de nossas relações com os demais Estados refletiram os interesses dos setores ligados à cafeicultura.

Parte-se do princípio, de que, não obstante esses tivessem desfrutado de posição relevante no cenário nacional, nem sempre exerceram sua hegemonia de modo pacífico, chegando mesmo a conflitar com os próprios aliados, bem como com as oligarquias menos expressivas (FAUSTO, 1975: 207). Abarcando a manifestação de divergências periódicas, o exercício de sua hegemonia levou-os não poucas vezes a negociarem suas posições, o que parece haver pesado no terreno das relações internacionais, o qual não levou em conta apenas os seus interesses, mas também os de outros setores não provenientes do cultivo do café.

A transição republicana e os interesses da cafeicultura.

O surgimento da República brasileira representou para o país um momento importante, em que este não apenas viveu sua mais significativa alteração política desde a independência, mas também alterou tendências seculares que até então haviam

norteado o terreno de suas relações com os demais Estados presentes no cenário internacional.

Do ponto de vista interno a transição política possibilitou a emergência de novos grupos sociais à esfera política que, provenientes das regiões produtoras de café, passaram a desempenhar funções nos altos postos do executivo federal (LOVE, 1975). Estruturados ao final do século XIX, no bojo da emergência do Oeste Paulista como importante região produtora de café, esses novos grupos possuíam um caráter acentuadamente regional, em virtude de suas relações se circunscreverem à área de São Paulo e se conectarem com os diferentes grupos externos, mediante essa mesma região.

Sustentados nas relações econômicas decorrentes da produção capitalista, ascenderam à esfera estadual e nacional do poder através de um processo de lutas, cujo apogeu foi a implantação da República, regime político que lhes facultaria ocupar destacadas posições no cenário nacional.

Com o advento da República, a hegemonia da burguesia do café se estende do nível estadual ao nacional, através de um breve processo de lutas onde os opositores se concentram sobretudo no estrato militar. Mesmo em meio as estas lutas, de alcance limitado, os grandes estados impuseram na Constituição de 1891 os princípios que assegurariam esta hegemonia. Como se tem dito tantas vezes, a Constituição estabeleceu ampla autonomia estadual, com a possibilidade dos Estados contraírem empréstimos externos e contarem com forças militares próprias. Na distribuição de rendas, atribuiu os impostos de exportação aos Estados-membros, garantindo assim a receita das unidades maiores e em especial de São Paulo (FAUSTO, 1975.: 200).

Constituídos por um número limitado de famílias dedicadas não só à produção, mas também às atividades comerciais, bancárias e de infra-estrutura, como, por exemplo, a construção de ferrovias, esses grupos se destacaram, sobretudo, por serem detentores do grande capital cafeeiro, cujo poderio econômico pode ser explicado não apenas pelos recursos econômicos previamente acumulados, pela alta rentabilidade e pela expressiva fronteira agrícola, mas também pela “independência econômica perante um capital mercantil que pudesse sugar sua capacidade financeira”. (PERISSINOTO, 1999: 72).

Consolidados pelo avanço da economia cafeeira, esses grupos enfrentaram, no transcurso do regime republicano sucessivas crises na lavoura do café, sujeita que se achava às oscilações de mercado e de manejo, bem como às ameaças climáticas e às

políticas governamentais, o que não alterou a destacada posição ocupada no cenário nacional. O destaque alcançado, então, por esses novos grupos colocou-os, assim, em primeiro plano na política doméstica. (MARTINS, 2008).

Considerando-se que entre o governo central e a economia cafeeira havia uma relação de dependência, o conjunto de interesses dos grupos ligados à agroexportação, no qual pontuavam as questões referentes ao avanço da imigração, a autorização para a realização de empréstimos, a busca por um controle mais efetivo da política monetária e a representação dos interesses econômicos no exterior, entravam, assim, na pauta dos interesses nacionais.

As exigências básicas de São Paulo giravam em torno de serviços que somente o governo central poderia proporcionar – aval para os empréstimos feitos no estrangeiro, controle da política monetária e de divisas, e representação dos interesses econômicos do Estado no Estrangeiro através de canais diplomáticos. Como a economia de São Paulo avultasse sobremaneira na economia nacional, as crescentes rendas do Estado eram uma garantia de que os interesses paulistas não seriam negligenciados, fossem quais fossem as políticas do governo no Rio (LOVE, 1975: 53).

Não obstante esses novos grupos políticos tivessem alcançado destacada posição na política brasileira, mediante a ocupação de altos postos nos meandros do governo federal, o exercício de sua hegemonia, ao que parece, não foi de todo pacífico, realizando-se, de outro modo, em meio a divergências e conflitos com os seus aliados, com as oligarquias menos expressivas, bem como com alguns membros de sua própria classe que não se sentiam devidamente representados (FAUSTO, 1975: 196).

Produto direto da lógica do sistema econômico vigente, que em certas ocasiões avultava em importância em relação à procedência social dos representantes políticos e também das diferenças existentes no conjunto dos interesses corporativos e políticos de um mesmo grupo, a atuação aparentemente contraditória em relação aos interesses de seu próprio grupo social, gerava um quadro conflitivo, que em seu bojo trazia a necessidade de se negociar posições.

A política externa brasileira nos primeiros tempos do regime republicano.

Se a implantação da República marcou no plano interno a ascensão de novos grupos hegemônicos ao poder, no tocante à condução dos assuntos externos significou

um momento em que mudanças significativas também se verificaram. (BÁGGIO, 1998).

Priorizando durante todo o Império a aproximação com os países europeus, aos quais mantivera-se formalmente vinculado por conta da assinatura de tratados bilaterais, o Brasil deslocou, após o 15 de novembro, o eixo de suas relações da Europa para a América, mediante a busca de um relacionamento diferenciado com os países continentais dos quais havia permanecido distante durante boa parte do regime deposto (MAGNOLI, 1997).

Buscada em princípio em função da identificação brasileira para com a tendência política que vigorava no continente, da qual decorria a concepção idealista de que o simples fato de pertencer à América era justificativa bastante para o desenvolvimento de uma política essencialmente continental, a nova tendência de política externa refletiu-se na tentativa de se resolver pendências lindeiras provenientes do Império, bem como na de se estabelecer acordos bilaterais com os Estados Unidos, com vistas a favorecer as exportações nacionais (BUENO, 1995).

Assim, pode-se dizer, que se durante a Monarquia o país estivera com as costas voltadas para o continente, com a República foi diferente. O olhar brasileiro deslocou-se do Velho para o Novo mundo, marcando um ponto de inflexão na política externa brasileira, que passou então a buscar, mormente nos primeiros tempos do novo regime, não apenas a “republicanização” de sua diplomacia, mas, sobretudo, a “americanização” das relações internacionais.

O americanismo foi, assim, um traço da política externa da República desde o seu nascimento, em oposição ao europeísmo da Monarquia. As instituições monárquicas prenderam o Brasil ao concerto europeu segundo a concepção dos republicanos, que tinham, assim, a integração do país ao sistema continental americano como uma decorrência das novas instituições (BUENO, 1995, p.359).

Expressando as concepções dos novos representantes políticos que então ascenderam ao poder, parte deles pouco experimentada nos assuntos internacionais, o discurso idealista de aproximação pura e simples do Brasil com seus vizinhos, refluíu, contudo, no transcurso dos primeiros governos republicano em virtude da dura realidade do poder e da dinâmica vigente no cenário internacional, no qual os principais atores políticos se conduziam em franca disputa imperialista.

Cedendo lugar a uma postura mais realista que levava em conta tanto as condicionantes do sistema internacional, quanto os interesses da nação, mais do que nunca voltados para o desenvolvimento da agroexportação, esse refluxo do “americanismo” incipiente dos primeiros tempos do regime republicano, resultou na revisão das relações travadas entre o Brasil e seus vizinhos e na conseqüente aproximação da nação do norte, que desde algum tempo já havia ensaiado seus primeiros passos no roteiro das grandes potências.

Centrada agora ao terreno das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos a inflexão promovida nas diretrizes de política externa pelo regime republicano, consolidou-se no transcurso dos governos civis, ganhando novas conotações durante a gestão Rodrigues Alves, quando o Barão do Rio Branco ascenderia ao Ministério das Relações Exteriores, nele permanecendo dez anos consecutivos, isto é, entre os anos 1902-1912.

A política externa republicana e os interesses da cafeicultura.

Verificadas na passagem do Império para a República, as alterações nas diretrizes de política externa brasileira acompanharam não apenas as concepções dos novos grupos que então ascenderam ao poder, mas também a própria dinâmica do cenário internacional, no qual a emergência dos Estados Unidos como novo pólo de poder impunha modificações substanciais, promovendo a perda do poderio europeu em face da construção da hegemonia norte-americana (BUENO, 2003).

Apresentando-se como característica marcante no período em questão, isto é, na passagem do século XIX para o XX, a ascensão deste país como ator proeminente no roteiro das relações internacionais, repercutia de um modo especial no continente, levando os países americanos a distanciarem-se da órbita britânica para aproximarem-se da norte-americana, originando novas áreas de influência, bem como novos roteiros de relações interestatais (MAGNOLI, 1997).

Em face desse quadro, o Brasil não ficou indiferente, procurando tirar partido da aproximação com os Estados Unidos, tendo em vista o atendimento dos interesses de seus próprios grupos hegemônicos. Situado na periferia do capitalismo e no âmbito da divisão internacional do trabalho como uma economia essencialmente agroexportadora,

o país tinha na potência do Norte um mercado consumidor sólido e com amplas perspectivas de expansão para o café e outros produtos nacionais.

Agroexportador típico e com uma economia especializada, o Brasil tendia a aumentar sua dependência em relação aos Estados Unidos. Estes tinham seu amplo e crescente mercado consumidor como um forte instrumento de pressão que levava o Brasil a dar preferência às importações norte-americanas, como demonstra a redução tarifária que vigorou durante o período estudado. De qualquer forma, havia interesse por parte das autoridades brasileiras em esforçar para o país sua qualidade de fornecedor exclusivo de café para os EUA, já possuíam a maior economia do planeta. Além disso, não se pode perder de vista que a produção brasileira estava atingindo níveis de superprodução, o que em parte explica o Convênio de Taubaté, de 1906, esquema de valorização firmado pelos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, então os maiores produtores (BUENO, 2003: 107).

Alterada a situação política com a mudança de regime, mas mantida a situação de dependência que desde o Império havia marcado a inserção da economia brasileira ao capitalismo (CERVO, 2008), o país colocou, portanto, em primeiro plano as relações bilaterais com a nação que poderia assegurar a manutenção de seus interesses e os elevados índices de seu comércio, apenas modificando o pólo de atração de sua economia, deslocando-o da Inglaterra para os Estados Unidos.

Condicionada tanto pelas alterações domésticas, quanto por aquelas que se delineavam no cenário internacional, a política externa brasileira no período em questão, foi, assim, utilizada para o atendimento dos interesses dos grupos hegemônicos (CERVO, 2008: 42).

Conclusão

Não obstante os interesses da agroexportação, dentre eles os da cafeicultura, tenham ocupado lugar de destaque nas preocupações do governo federal no transcurso do regime republicano, é preciso considerar que no plano interno estes não foram os únicos a serem contemplados pela política da época (BUENO, 2003: 93).

A manifestação de divergências periódicas entre os interesses governamentais e os interesses dos cafeicultores deixou a mostra que os representantes de sua própria classe na política nacional muitas vezes agiram de forma aparentemente contraditória a seus interesses, conforme a pertinente consideração de Boris Fausto.

As questões parecem tomar mais vulto se contrastarmos a situação dos produtores de café em dois períodos, indo o primeiro da Proclamação da República a 1894 e o segundo desta data ao programa de valorização de 1906. No primeiro deles, embora a hegemonia da burguesia cafeeira ainda não estivesse assentada, houve um grande avanço no seu predomínio, a partir de 1894, quando supostamente se implantou a hegemonia, a política governamental concorreu para a crise da cafeicultura (FAUSTO, 1975: 207).

Partindo do princípio de que o exercício da hegemonia cafeeira nem sempre ocorreu sem dificuldades, haja vista a existência de conflitos entre os membros de sua própria classe e seus representantes políticos, considera-se necessário verificar em quais pontos seus interesses foram ou não atendidos, não encontrando ressonância nos representantes governamentais. É o que se tem procurado responder com a presente pesquisa.

Referências bibliográficas.

BÁGGIO, K. G., **A “Outra América”**. A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. São Paulo: Depto. de História, FFLCH, USP, 1998, 224 p. (Tese de Doutorado).

BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo: UNESP, 1995

_____. **Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902-1918)** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1899). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

_____. **Inserção internacional**. Formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

DUROSELLE, J. B. **Todo império perecerá**. Teoria das Relações Internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FAUSTO, B. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.193-248.

LOVE, J. Autonomia e interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937. In: FAUSTO, B. (dir.) **História da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1975, t.3, v.1, p.53-76.

MAGNOLI, D., **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa do Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP: Moderna, 1997.

MARTINS, A. L., **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.

PERISSINOTO, R.M., **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

_____. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: FAPESP; Campinas, SP: UNICAMP, 1999, 2v.

SANTOS, L.C.V.G; **O Brasil entre a América e a Europa**: O Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à conferência de Washington). São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

TOPIK, S. C. **Comércio e canhoneiras**: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.